



## Nova tabela do IR começa a ser analisada hoje em comissão

Grupo de senadores e deputados fará exame prévio da medida provisória que resultou de acordo entre governo e Congresso sobre Imposto de Renda

A Medida Provisória 670 foi enviada pelo governo ao Congresso após entendimento entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Eduardo

Cunha, líderes partidários e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. A MP estabelece percentuais escalonados de reajuste na tabela do imposto de modo a proteger os salários

mais baixos. Outras seis comissões mistas começam a trabalhar hoje para examinar medidas provisórias. Entre elas, as que tratam de direitos trabalhistas e previdenciários. **3**

### Manifestações do domingo repercutem no Senado

Senadores afirmaram que o governo da presidente Dilma Rousseff precisa ter humildade para aceitar as críticas apresentadas nas ruas e ampliar os canais de diálogo com a sociedade. Para

Humberto Costa, da base aliada, o governo espera a pauta de reivindicações para atender o que for possível. Segundo Alvaro Dias, opositorista, atos exigiram de Dilma fim de "balcão de negócios". **5**

Ato popular diante do Congresso Nacional, em Brasília, antontem: entre os pedidos dos manifestantes, estava o fim da corrupção



Jonas Pereira/Agência Senado

### especial Cidadania



Jairo Abud

Uma das metas do projeto é combater a exploração ilegal de recursos naturais

### Texto beneficia índios por conhecimento tradicional

De acordo com o projeto do Marco Legal da Biodiversidade, em estudo no Senado, indígenas receberão compensação financeira das empresas que desenvolverem produtos, como remédios e cosméticos, derivados de conhecimento tradicional de populações

das florestas. O tema será debatido hoje no Senado, numa audiência com as ministras Kátia Abreu (Agricultura) e Nilma Lino (Igualdade Racial), além de representantes dos Ministérios da Defesa, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia. **8**

### Novo Código de Processo Civil é sancionado **4**

### Congresso marca para hoje votação do Orçamento **7**

### Brasil avança na proteção da mulher, dizem especialistas **2**

## Comunicação do Senado

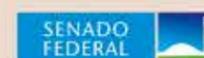
É fácil se informar



Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

Senado + transparente.  
A informação ao seu encontro.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ana Cristina Santiago, Ben-Hur Viza, Cleide Lemos, Renato Caporali e Dalva Moura discutiram o tema ontem no Senado

## Debate aponta traços cultural e ético da violência doméstica

Crescimento de ocorrências registradas reflete a confiança das vítimas na rede de atendimento, disseram especialistas em audiência ontem. Número de denúncias ainda pode estar aquém da realidade

NO ÚLTIMO ANO, foram registradas pelo menos 14,1 mil ocorrências de violência doméstica contra a mulher. Para especialistas, os números reforçam o crescimento das denúncias, relacionado à confiança das vítimas na rede de enfrentamento à prática. Ontem o Senado debateu aspectos culturais e éticos relacionados ao crime.

Para o juiz Ben-Hur, um dos coordenadores do Centro Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o número das denúncias não expressa exatamente a realidade. Segundo ele, boa parte das vítimas não procura a polícia ou desiste de dar prosseguimento ao caso.

— Nosso dever é atender bem a mulher. É cruel quando a vítima procura ajuda e é indagada sobre o motivo

de ter apanhado do marido. Essa pergunta é o mesmo que questionar o que ela fez para merecer. A mulher é transformada em culpada — destacou.

A delegada-chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Ana Cristina Santiago, disse que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) trouxe muitas conquistas, como a oportunidade de debater o problema. Segundo ela, 50% das demandas nas unidades policiais diariamente estão relacionadas com a lei.

Já o consultor da Unesco Renato Caporali afirmou que o Brasil se tornou um dos lugares mais violentos do mundo.

— Precisamos de mais severidade na punição. A permissividade está estragando tudo.

A servidora do Senado Dalva Moura, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), é autora de

um trabalho que investigou a violência doméstica. O objetivo era responder se o nível cultural, educacional e de renda proporcionam uma maior percepção à mulher.

— O problema atinge todas as classes e raças. No Brasil, a situação é grave.

### Denúncias

As denúncias podem ser feitas pela vítima ou por terceiros. Em situação de emergência, deve ser acionado o 190 da Polícia Militar.

Há ainda a Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180, do governo federal, que funciona em todo país, e o Disque-Denúncia da Polícia Civil, 197.

Também participou do debate, no Interlegis, a secretária-adjunta de Políticas para as Mulheres, Cleide Lemos.

## Ministro do Turismo apresenta planos para o setor

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fará audiência pública amanhã para ouvir o ministro do Turismo, Vinicius Lages. A audiência atende requerimento de Davi Alcolumbre (DEM-AP) e vai permitir que o ministro apresente as ações da pasta para os próximos anos.

O Plano Nacional do Tu-

rismo, disponível no site do ministério, diz que o desenvolvimento do setor no país deve se guiar por diretrizes como o diálogo com a sociedade, a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo, o incentivo à inovação e ao conhecimento e a regionalização como abordagem para o planejamento.

### PARTICIPE AMANHÃ ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/cidadania](http://www.senado.leg.br/cidadania)
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoTurismo>

Os diretores da Secretaria de Comunicação Social (Secom) reuniram-se ontem, no auditório do Interlegis, com assessores de imprensa dos gabinetes de senadores para apresentar como funcionam as diversas áreas e veículos de comunicação do Senado. A diretora da Secom, Virgínia Galvez (3ª à dir.), frisou o objetivo da reunião: uma oportunidade de estreitar as relações de trabalho entre os profissionais de comunicação.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Bancada feminina apresenta ações a embaixadoras estrangeiras no Brasil

Dentro da programação do Mês da Mulher, a bancada feminina no Congresso receberá hoje, às 11h, embaixadoras que servem em missões diplomáticas no Brasil. Será distribuído um kit contendo os trabalhos desenvolvidos pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Os dois órgãos têm objetivo de inserir no Parlamento o debate sobre questões de gênero, atuando contra a discriminação e pela construção de uma sociedade onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos.

Ao meio-dia, será aberta a exposição *1 em 3: violência/empoderamento/saúde* no Salão Branco do Congresso. A mostra, promovida pelo

Programa de Arte do Banco Mundial e apoiada pela Procuradoria da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara, aborda a violência de gênero por meio da arte multimídia.

A exposição, que já passou pelos Estados Unidos, apresenta uma seleção de pinturas, desenhos, peças de design e fotografias sobre a violência contra a mulher. São abordados aspectos como violência doméstica, tráfico humano e abusos em conflitos armados.

A iniciativa tem como base material do Banco Mundial, da Organização Mundial da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), da Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia, da Promundo e da ONU Mulheres.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pesquisa sobre clima organizacional apresentada ontem no auditório do Interlegis indica satisfação dos funcionários da Secretaria-Geral da Mesa do Senado. Para o secretário-geral, Luiz Fernando Bandeira (com a palavra), "é essencial ouvir de forma sigilosa o que o servidor pensa sobre o órgão em que trabalha e, em função disso, pautar a atuação".

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 58/2013, sobre criação de partidos, é um dos projetos da pauta.

### PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h Renan Calheiros participa de encontro da bancada feminina do Congresso com embaixadoras. Às 12h, sessão solene do Congresso para promulgação da Emenda Constitucional 86, sobre orçamento impositivo. Às 15h, reunião de líderes. Às 16h, preside a ordem do dia. E, às 20h, preside sessão do Congresso.

### CCT/CRA/CMA Biodiversidade

9h Audiência pública conjunta debate o PLC 2/2015, que institui o Marco Legal da Biodiversidade.

### CAE Ministro do Planejamento

10h30 A Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sobre as perspectivas da pasta para 2015.

### CE Serviço obrigatório

11h A comissão avalia, entre outros, projeto sobre serviço civil obrigatório a profissionais de saúde (PLS 168/2012).

### PAUTA FEMININA Embaixadoras

11h Recepção às embaixadoras em missão no Brasil no Salão Nobre; às 12h, abertura, no Salão Branco, da mostra *1 em 3: violência/empoderamento/saúde*.

### CONGRESSO Emenda 86

12h Promulgação da Emenda 86, do orçamento impositivo; às 20h, sessão conjunta para votar o Orçamento 2015 e o projeto sobre a representação do Brasil no Parlamento do Mercosul.

### MEDIDAS PROVISÓRIAS Comissões

14h30 Instalação e eleição dos membros das comissões responsáveis pela elaboração de relatórios sobre MPs 660/2014, 661/2014, 663/2014, 664/2014, 665/2014, 668/2015 e 670/2015.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Parlamentares começam a examinar hoje sete medidas provisórias, entre elas a que trata do cálculo do Imposto de Renda e as que alteram regras trabalhistas e previdenciárias



Presidente do Senado, Renan Calheiros, fala com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e com líderes partidários em reunião no dia 10 que permitiu o acordo para a correção da tabela do IR por faixas

# Comissão analisa reajuste na tabela do IR

A COMISSÃO MISTA destinada a analisar a Medida Provisória (MP) 670/2015, que estabelece reajustes escalonados da tabela do Imposto de Renda, será instalada hoje.

A MP foi fruto de entendimento entre o governo e o Congresso, intermediado pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, e líderes partidários. Com o acordo entre o governo e a base aliada, o Congresso manteve o veto da presidente da República Dilma Rousseff ao reajuste único de 6,5% à tabela, proposto anteriormente no Parlamento.

No caso da tabela escalonada, as duas primeiras faixas

salariais serão reajustadas em 6,5%. Na terceira faixa, o reajuste é de 5,5%; na quarta, 5%; e na última faixa, 4,5%.

Com a correção, quem ganha até R\$ 1.903,98 estará isento do IR. Na faixa entre R\$ 1.903,99 e R\$ 2.826,65, o contribuinte pagará 7,5% de IR. A alíquota de 15% passará a incidir sobre as rendas entre R\$ 2.826,66 e R\$ 3.751,05. Na quarta faixa, estão os que ganham entre R\$ 3.751,06 e R\$ 4.664,68, que pagarão imposto de 22,5%. A maior alíquota, de 27,5%, passa a ser aplicada a quem recebe a partir de R\$ 4.664,69.

Segundo o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o impac-

Reajuste escalonado				
FAIXA	ALÍQUOTA DO IMPOSTO	VALORES ATUAIS PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL	REAJUSTE ACORDADO	NOVOS VALORES PARA BASE DE CÁLCULO MENSAL
1	0%	até R\$ 1.787,77	+6,5%	até R\$ 1.903,98
2	7,5%	de R\$ 1.787,78 até R\$ 2.679,29	+6,5%	de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65
3	15%	de R\$ 2.679,30 até R\$ 3.572,43	+5,5%	de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05
4	22,5%	de R\$ 3.572,44 até R\$ 4.463,81	+5%	de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68
5	27,5%	acima de R\$ 4.463,81	+4,5%	acima de R\$ 4.664,68

to do reajuste da tabela do IR nas contas do governo com a MP publicada na quarta-feira da semana passada será de mais de R\$ 6 bilhões.

A correção da tabela do IR em 4,5% neste ano para todas as faixas, proposta original do governo, resultaria em uma renúncia fiscal de R\$ 5

bilhões. Já o reajuste para toda a tabela de 6,5% — que havia sido aprovado pelo Congresso — implicaria em perda ainda maior de arrecadação por parte do governo: R\$ 7 bilhões em 2015, conforme cálculos da Fazenda.

A correção vale a partir de abril do ano-calendário de

2015, ou seja, não terá efeito para as declarações deste ano, que deverão ser entregues até o dia 30 de abril.

Outras seis comissões mistas serão instaladas hoje, com a eleição de presidentes e vice-presidentes. Os trabalhos terão início às 14h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

## Outras seis medidas provisórias terão comissões instaladas hoje

Entre as outras seis MPs que serão examinadas por comissões mistas de senadores e deputados estão as duas mais polêmicas relacionadas ao ajuste fiscal. Elas tratam das mudanças na concessão da pensão por morte e do auxílio-doença (MP 665/2014) e do endurecimento das regras do seguro-desemprego e do abono salarial (MP 668/2014). As duas têm gerado críticas dos parlamentares, que acusam o governo de reduzir direitos trabalhistas e previdenciários em nome do equilíbrio das contas públicas. O governo, por sua vez, argumenta que as mudanças são necessárias em razão de vários fatores, como o número de fraudes que geram o recebimento indevido dos benefícios. A intenção do Executivo, com as alterações, é economizar cerca de R\$ 18 bilhões por ano a partir de 2015. A seguir, um resumo das MPs na pauta do Congresso.

<p><b>MP 664/2014</b></p> <p>A MP 664/2014 prevê a carência de 24 meses de contribuição para a concessão de pensão por morte. Antes essa carência não existia e o beneficiário tinha o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do segurado. Também passa a valer o tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável para que o cônjuge receba a pensão. Além disso, o texto prevê uma nova forma de cálculo, que reduz o valor dos benefícios. Quanto ao auxílio-doença, a MP determina um teto para o valor do benefício para evitar que fique acima do último salário que o segurado recebia.</p>	<p><b>MP 665/2014</b></p> <p>Já a MP 665/2014 aumenta o rigor para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego e do seguro-defeso dos pescadores artesanais. Em relação ao seguro-desemprego, a carência para a primeira solicitação passa de 6 para 18 meses. Na segunda solicitação, o período de carência será 12 meses. A partir do terceiro pedido, a carência voltará a ser de 6 meses. A MP também passa a impedir o acúmulo do seguro-defeso, benefício dos pescadores artesanais, com outros benefícios assistenciais e previdenciários. Outra mudança é o aumento no tempo exigido de carteira assinada para receber o abono salarial.</p>	<p><b>MP 668/2014</b></p> <p>Outro texto que é parte do pacote de ajuste fiscal também terá sua comissão instalada na terça-feira. A MP 668/2015 eleva de 9,25% para 11,75% as alíquotas de contribuição ao PIS-Pasep e da Cofins sobre a importação de mercadorias. As novas alíquotas valerão a partir do dia 1º de maio. A expectativa do governo é de que, com a medida, a arrecadação federal neste ano seja elevada em R\$ 694 milhões. A medida traz percentuais específicos, diferenciados, para alguns tipos de produtos, como medicamentos e pneus.</p>	<p><b>MP 663/2014</b></p> <p>A MP 663/2014 aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de incentivos financeiros repassados pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Com o novo teto, os benefícios concedidos por meio de baixas taxas de juros às estatais passam a totalizar R\$ 452 bilhões no período de novembro de 2009 a dezembro de 2015. O objetivo, segundo o governo, é auxiliar o BNDES a atender a crescente demanda pelo aumento da competitividade da indústria brasileira.</p>	<p><b>MP 661/2014</b></p> <p>Também com instalação de comissão prevista para terça-feira, a MP 661/2014 autoriza a União a conceder empréstimo de até R\$ 30 bilhões ao BNDES. A MP também estabelece que o superávit financeiro do governo federal poderá ser destinado “à cobertura de despesas obrigatórias”. Superávit é todo o dinheiro economizado ou arrecadado a mais pelo Tesouro Nacional durante um ano. Geralmente, essa sobra de recursos é gasta no ano seguinte, mas respeitando estritamente a vinculação da receita, ou seja, cada determinado montante excedente só pode ser aplicado na área a que estava interligado de acordo com a legislação.</p>	<p><b>MP 660/2014</b></p> <p>A MP 660/2014, que permite a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima a permanência nos quadros de pessoal da União é outra com instalação prevista para a próxima semana. A reintegração dos servidores ao quadro federal foi autorizada pela Emenda Constitucional 79, promulgada em maio de 2014. Os servidores reintegrados farão parte do quadro em extinção da administração federal. Eles continuarão prestando serviço aos estados ou municípios, na condição de cedidos, até que sejam aproveitados em órgão ou entidade da administração federal.</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

De acordo com Renan Calheiros, a proposta foi a mais importante aprovada no Senado nos últimos dois anos. Legislação torna o julgamento das ações judiciais mais rápido

# Dilma sanciona novo Código de Processo Civil

FOI SANCIONADO ONTEM, no Palácio do Planalto, o novo Código de Processo Civil (CPC), aprovado em dezembro pelo Senado. A presidente Dilma Rousseff não detalhou se houve veto. Hoje o Senado lança a primeira edição impressa e em meio eletrônico do novo código (veja a capa abaixo).

O CPC define como tramita um processo na Justiça — com prazos, tipos de recursos, competências e formas de tramitação. Uma das principais inovações é a agilidade nos processos judiciais.

— Incentiva-se a redução do formalismo jurídico a serviço da busca pelo consenso. Democratiza-se ainda mais o acesso à Justiça ao ampliar e facilitar a gratuidade ou o parcelamento das despesas judiciais — disse Dilma.

O texto incorpora soluções que devem ajudar a destravar o Judiciário. Uma das mais importantes é a criação de centros de solução consensual de conflitos em todos os tribunais,



Aloizio Mercadante, Sarney, Fux e José Eduardo Cardozo observam Dilma assinar código, que entra em vigor daqui a um ano

o que deve resultar na troca da atual visão litigiosa pela busca da resolução pacífica. Nas audiências prévias de conciliação, as partes serão ouvidas e estimuladas ao acordo. As ações

só vão prosseguir quando não houver entendimento.

O novo CPC também muda o sistema de recursos, reconhecido como um dos obstáculos à rapidez dos processos na esfera

cível, relativa às pessoas, aos atos e aos negócios jurídicos, bens e direitos, contratos e relações de família. Além de extinguir diversos recursos, restringe o uso de outros.

Além disso, foram elevadas as multas para punir o mau uso desses instrumentos, quando manejados apenas para atrasar os processos e adiar a sentença.

— Trata-se de um instrumento que reforça as garantias constitucionais do processo. É a mais importante matéria que nós deliberamos aqui nesses últimos dois anos — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, recentemente.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas responsável pelo anteprojeto do novo código, destacou a colaboração da sociedade: mais de 80 mil e-mails e 200 livros com sugestões.

Um dos relatores do código no Senado, Vital do Rêgo, atualmente ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), elogiou Renan pela agilidade com que conduziu a tramitação do projeto. Ele disse que se trata de um código “moderno”, que enfrenta “com ousadia vários problemas da sociedade”.

## Sarney criou em 2009 comissão responsável pelo projeto

A modernização do CPC foi iniciada em 2009 pelo então presidente do Senado, José Sarney. Naquele ano, Sarney formou uma comissão de juristas para elaborar o anteprojeto. A iniciativa de Sarney foi lembrada durante a cerimônia pela presidente Dilma Rousseff. A comissão foi presidida pelo agora ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF) Luiz Fux, que na época integrava o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A comissão de juristas apresentou um anteprojeto de lei, que foi convertido no PLS 166/2010 e passou a ser analisado por uma comissão especial de senadores. Depois, o texto foi aprovado em Plenário e seguiu para a Câmara, onde recebeu alterações,

como as regras especiais para favorecer a solução consensual de demandas no âmbito das ações de família, com previsão de apoio multidisciplinar para ajudar os envolvidos.

De volta ao Senado, em 2014, na forma de um substitutivo, o projeto passou mais uma vez pelo exame de uma comissão especial. Depois, seguiu para o Plenário para

votação final, que ocorreu em dezembro. Renan Calheiros enviou o texto final à sanção em fevereiro, após minuciosa revisão técnica. O novo CPC, primeiro a ser elaborado em plena vigência de regime democrático no país, tramitou no Congresso por mais de cinco anos.

O CPC vigente foi editado em 1973, no regime militar.



A primeira publicação do novo código será lançada hoje, pelo Senado

## “Exercício social” para médicos está na pauta de hoje

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examinará hoje, a partir das 11h, projeto que obriga médicos recém-formados em faculdades públicas ou privadas com financiamento público a trabalharem, por dois anos, em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas (PLS 168/2012).

Conforme o texto, o “exercício social da profissão” deverá ser feito logo após a conclusão do curso, em jornada integral e exclusiva de 40 horas semanais, com contrato regular de trabalho, financiado pela rede de saúde à qual o médico recém-formado estiver vinculado.

A exigência aplica-se aos graduados em cursos de medicina e também de enfermagem, psicologia, odontologia, fisioterapia, nutrição e farmácia, além de outros estabelecidos

em regulamento.

O texto em discussão foi alterado pelo relator Paulo Paim (PT-RS), que defende a aprovação do PLS 168/2012, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em detrimento do PLS 79/2013, que tramita em conjunto.

Também constam da pauta da comissão outros cinco

itens, entre eles um requerimento de Paim para a realização de audiência pública para debater os programas de incentivo à educação do governo federal, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Ciência sem Fronteiras.



Profissionais vão trabalhar 40 horas semanais, por dois anos, em cidades pequenas

## Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional elegem presidentes

A primeira reunião de 2015 da Comissão de Assuntos Sociais está marcada para amanhã, às 9h, quando ocorrerá a eleição do presidente e do vice da comissão. O nome indicado por acordo partidário para a presidência é o do senador Edison Lobão (PMDB-MA).

De acordo com o Regimento Interno, a eleição deverá ser conduzida pelo membro mais idoso da comissão — no caso, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

A CAS é uma das maiores comissões do Senado, com 21 membros. Duas vagas ainda precisam ser preenchidas, ambas pelo Bloco da Oposição (PSDB e DEM).

Também amanhã será feita a eleição de presidente e vice da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde João Alberto recebeu a indicação do partido para o

cargo. A eleição terá início depois de audiência pública marcada para as 9h.

Duas outras comissões permanentes ainda não iniciaram seus trabalhos: a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a de Serviços de Infraestrutura (CI).

A CI já tem indicado para a presidência — Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) —, mas a primeira reunião ainda não foi agendada. Já a CCJ também terá um presidente do PMDB, cujo nome não foi indicado até agora.

O líder do PMDB, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), afirmou que está dando os últimos passos nas negociações que determinarão o nome do presidente da CCJ. Ele também assegurou que todas as comissões permanentes estarão funcionando na próxima semana.

Parlamentares viram os protestos de domingo como um sinal para os políticos e uma mensagem para o governo Dilma, que, para eles, precisa ter humildade frente às críticas

# Senadores alertam para recado da população

AS MANIFESTAÇÕES DO domingo, que reuniram mais de 2 milhões de pessoas nas ruas por todo o país, foram recebidas pelos senadores como um recado ao governo da presidente Dilma Rousseff e também um alerta a toda a classe política. Ontem os parlamentares comentaram os protestos e afirmaram que o governo precisa ter humildade para aceitar as críticas e melhorar o diálogo com a população.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), frisou que as manifestações foram legítimas, pacíficas e que o governo precisa agora atender as reivindicações da população,

como o fim da corrupção, a reforma política e a melhoria dos serviços públicos.

Humberto disse que o governo precisa melhorar o diálogo com a sociedade, explicar as medidas que tem tomado e que vai tomar e ouvir não só o Congresso, mas os movimentos sociais e a voz das ruas.

— Para isso é importante que tenhamos uma pauta concreta. Foram vários movimentos organizados que estruturaram esses protestos no dia de ontem [domingo], é importante que eles possam apresentar ao governo essa pauta, para que o governo possa analisar e atender exatamente aquilo que for possível — ponderou.



Manifestação em frente ao Congresso, domingo: para senadores, governo precisa melhorar o diálogo com a sociedade

Jonas Pereira/Agência Senado

## Reivindicações dão mensagem a todos os Poderes, afirma Paim



Paulo Paim (PT-RS) destacou o caráter pacífico das manifestações e defendeu a mobilização da sociedade para que as autoridades mudem a postura e passem a atender as reivindicações.

Entre os pedidos, disse, o fim da corrupção, mais liberdade e melhores serviços públicos. Segundo o senador, desde que não acabem em violência, as manifestações são bem-vindas.

Para Paim, o recado da população tem como destino as autoridades de todos os Poderes. Ele pediu que o governo tenha postura respeitosa e humilde, levando em conta os anseios dos manifestantes e negociando com parlamentares as medidas para o ajuste da economia.

— Que a gente proteste o quanto for necessário, mas sempre sabendo que ninguém inventou no mundo um sistema melhor que a democracia.

## Para Gurgacz, superação da crise exige participação de todos



Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que a atual crise econômica, política e social que o Brasil atravessa obriga a busca de um caminho para superá-la com a participação dos partidos políticos e de toda a população. Ele destacou que os manifestantes foram às ruas para mostrar o descontentamento com a corrupção na Petrobras, o alto custo de vida, do dólar e da inflação.

— De uma maneira ordeira, a população demonstrou claramente a sua insatisfação. Isso serve de exemplo para vários outros países do mundo.

Gurgacz também saudou os deputados estaduais de Rondônia pela aprovação de projeto que libera R\$ 20,5 milhões para a construção do hospital regional de Ariquemes, que vai beneficiar mais de 200 mil pessoas do Vale do Jamari.

## Alvaro avalia que nasce uma nova nação, mais consciente e politizada



Alvaro Dias (PSDB-PR) definiu as manifestações de domingo como o “surgimento de uma nova nação” e uma grave advertência do povo ao governo.

Para ele, a presidente Dilma Rousseff deve tomar providências imediatas para dar fim ao regime de “balcão de negócios” ou a população indignada acabará por “atropelar” os políticos.

Alvaro criticou o pronunciamento dos ministros José Eduardo Cardozo e Miguel Rosseto, na noite de domingo. Segundo o senador, eles ignoraram a impopularidade do governo e repetiram um discurso que não convence.

Alvaro frisou que não estimula a proposta de impeachment da presidente, mas respeita a indignação popular.

— Está nascendo uma nova nação, mais consciente e politizada, que haverá de ser dona do seu próprio destino.

## Ataídes Oliveira pede que a presidente da República renuncie



Ataídes Oliveira (PSDB-TO) pediu à presidente Dilma Rousseff que renuncie para não ter que ser afastada por impeachment. Para ele, o povo expressou sua rejeição ao regime de um partido que se sustenta em promessas mentirosas e desrespeita as instituições.

Ataídes anunciou que começará hoje a reunir assinaturas de apoio a uma CPI para apurar a responsabilidade de Dilma no caso Petrobras. Para ele, o governo é um “cadáver adiado” que será varrido pelo “tsunami do povo”.

O senador criticou o pacote anticorrupção, anunciado no domingo. Na opinião dele, as medidas são oportunistas e hipócritas e não conterão as manifestações contra a presidente.

— Vossa Excelência precisa adotar só uma ação. Sabe qual? Renuncie. Leve consigo o ex-presidente Lula e o PT.

## Ferraço lamenta que governo não tenha feito uma autocrítica



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou que o governo não tenha feito uma mea-culpa e dado satisfação à sociedade após as manifestações de domingo

contra o que ele chamou de modelo político e gerencial falido.

Para ele, os protestos devem ser recebidos pela presidente Dilma com humildade e respeito. Ferraço disse ainda que as manifestações deixaram claro que é preciso que o governo esqueça o projeto de poder e adote um projeto de nação.

— Foram práticas condenáveis que tomaram o lugar da negociação e do diálogo e do respeito ao bem coletivo. Somos vítimas de uma crise sem precedentes. É esse quadro desastroso com apenas 75 dias de governo. E o Congresso também precisa fazer o mea-culpa — afirmou.

## Moka cita crítica de Pinheiro à reação do Planalto aos protestos



Waldemir Moka (PMDB-MS) registrou reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* em que o senador Walter Pinheiro (PT-BA) afirma que o governo não

admite erros, avalia erroneamente os fatos e não consegue falar com a sociedade. Também lamenta que o governo se preocupe mais com quantas pessoas participaram das manifestações que com o teor das reivindicações.

Moka destacou a espontaneidade e a contribuição de Pinheiro para o debate e afirmou que é preciso parar de pensar sempre nas próximas eleições e voltar os olhos para os anseios da sociedade. Para ele, a população não admite ser chamada a pagar a conta, enquanto vê a rouboalheira na Petrobras.

— Se o governo não tiver a capacidade de admitir os erros, essas manifestações só vão aumentar — alertou.

## Ruas revelam urgência de reforma política profunda, diz Reguffe



Reguffe (PDT-DF) advertiu que o governo deveria refletir sobre como melhorar a situação do país.

Segundo ele, as manifestações são um sinal de que há

algo de errado no Brasil e um exemplo é a inflação, que chegou a 7,7% ao ano em fevereiro, quando a meta é 4,5%.

É fundamental, disse, a correção das falhas do sistema eleitoral por uma reforma política profunda. Ele defende, entre outros pontos, o fim da reeleição de governantes, o voto facultativo e a adoção de um sistema para revogar o mandato de eleitos que não cumprirem os compromissos de campanha.

— Espero que esta Casa vote os projetos de reforma política. É isso que a sociedade brasileira espera do seu Parlamento. E se o Parlamento quiser se fazer respeitar, tem que se respeitar com ações, não só com palavras.

## Congresso não deve cometer erro de esquecer o povo, analisa Rose



Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que a presidente Dilma Rousseff está sem um interlocutor à altura para discutir a crise.

Para ela, a presidente precisa aprimorar o debate com o Congresso, visto que os parlamentares são representantes legítimos do povo. Não adianta, disse, o governo tentar dividir os eleitores da oposição e os do PT ou tomar medidas distorcidas para sair da crise, como cortes no financiamento estudantil.

Rose afirmou que a normalidade democrática deve estar sustentada na Constituição, lembrando que ajudou a escrevê-la, nos anos 80.

— Esta palavra de quatro letrinhas — povo — tem que ser hoje o único pensamento que pode unir o Congresso. Olvidar isso é cair na mesma vala comum onde o PT está com a presidente Dilma.

# CPI do HSBC aguarda indicação de integrantes para iniciar trabalho

Comissão parlamentar de inquérito vai apurar se há irregularidades nas contas mantidas por 8,6 mil brasileiros na filial suíça do banco

O SENADOR RANDOLFE Rodrigues (PSOL-AP) quer iniciar nesta semana os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar contas de brasileiros na filial do Banco HSBC na Suíça. De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa do Senado, até o início da tarde de ontem, apenas o Bloco da Maioria — PMDB e PSD — não havia indicado seus representantes no colegiado.

A Secretaria-Geral da Mesa também informou que já há o número necessário para possibilitar a instalação da CPI. Autor do requerimento para instalar a comissão, Randolfe vai negociar com o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), para que sejam designados até hoje os senadores que faltam. A CPI será formada por 11 senadores titulares e 6 suplentes.

O escândalo conhecido como Swissleaks revelou contas suspeitas de manter fundos irregulares pertencentes a cerca de 100 mil



Autor da proposta para abertura da CPI, Randolfe quer ouvir a Receita Federal

correntistas na filial suíça do HSBC. Entre eles haveria 8.667 brasileiros, responsáveis por 6.606 contas.

O trabalho da CPI, segundo Randolfe, será investigar se essas contas foram declaradas à Secretaria da Receita Federal.

— Tem que ser feita a seguinte pergunta à Secretaria da Receita Federal: quantos fizeram a declaração ao Imposto de Renda sobre depósito no exterior? Assim poderemos verificar se cometeram ou não

o crime de evasão fiscal — disse o parlamentar.

Para ele, a CPI deve ouvir, em primeiro lugar, representantes da Receita Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O senador lembrou que ter contas declaradas no exterior não é crime. O delito acontece quando o expediente é usado para evasão fiscal ou lavagem de dinheiro, por exemplo. No fim de semana, o jornal *O Globo* informou

que entre os brasileiros há donos, diretores e herdeiros de veículos de comunicação, além de jornalistas. Randolfe Rodrigues disse que em outros países, onde as investigações estão mais avançadas, foram comprovados casos de crimes envolvendo essas contas.

— Isso não quer dizer que nas 8 mil contas de brasileiros tenha ocorrido algum crime, mas na Colômbia, por exemplo, quase 50% foram de tráfico de drogas, lavagem fiscal, entre outras coisas. Nós temos que fazer a devida separação do joio do trigo. Pelo que já foi revelado e por já haver personagens de vários escândalos de corrupção com contas lá, os indícios são muito fortes de que muitas dessas contas têm conotação criminosa — afirmou.

Duas outras comissões parlamentares de inquérito aguardam instalação: a das próteses e a de assassinato de jovens. Elas também dependem da indicação de componentes para o início dos trabalhos.



Em 2012, Brasil teve mais de 50 mil casos de estupro, relata Romário

## Romário quer punição maior para crime de estupro

Romário (PSB-RJ) apresentou ao Senado um projeto (PLS 73/2015) que aumenta para um mínimo de 8 e um máximo de 30 anos de prisão as penas para o crime de estupro.

O Código Penal em vigor prevê penas de 6 a 10 anos na cadeia para o estupro, aumentando para de 8 até 12 anos de reclusão se a vítima for menor ou sofrer lesão corporal grave. No caso mais extremo, o da morte da vítima, o criminoso fica de 12 até 30 anos na cadeia.

Pela proposta — que será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo —, as punições sobem para de 8 até 12 anos no primeiro caso, de 12 a 15 anos no segundo e de 20 a 30 anos em caso de morte.

O senador cita o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012*, onde se registra aumento considerável dos casos de estupros, ultrapassando até mesmo os registros de homicídios dolosos. Foram 50.617 ocorrências, um aumento de 18,17% em relação ao ano anterior.

“A pena atual não tem inibido a prática desse crime, que tem tão graves consequências. E o projeto tem por objetivo assegurar uma punição mais severa, criando novas causas de aumento da pena, afastando até dúvidas na hora da aplicação”, justifica. Romário se refere a artigo que aumenta a punição se o crime ocorrer com a prática de sexo anal ou oral.

## Empresa pode receber multa por discriminação salarial contra mulher

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) apresentou projeto de lei endurecendo a cobrança sobre os empregadores que pagam salários diferentes ao homem e à mulher que exercem o mesmo tipo de atividade.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proíbe essa prática. No entanto, muitas empresas ainda resistem em cumprir a exigência, o que motivou a elaboração da proposta (PLS 88/2015), que será votada em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A mudança a ser inserida na CLT foca o desrespeito à igualdade de remuneração. Pelo projeto, cada caso precisará ser apurado em ação judicial e, constatada a ilegalidade, a empresa será punida com o

pagamento de multa em favor da funcionária prejudicada. O valor deverá corresponder ao dobro da diferença salarial verificada mês a mês.

O PLS 88/2015 faz uma ressalva sobre o prazo para a empregada alvo de discriminação salarial reclamar os direitos na Justiça do Trabalho. A proposta deixa claro que isso terá de acontecer durante o período não prescrito do contrato de trabalho. O que significa que ela terá dois anos para requerer a compensação na Justiça, contados do término do contrato de trabalho. A reclamação deverá se limitar ainda a parcelas relativas aos cinco anos anteriores ao fim da relação de trabalho.

“O esforço pela igualdade de gênero no que se refere à remuneração no trabalho deve



Mulheres na construção civil: regra mais rígida para empregador que discriminar

mobilizar toda a sociedade e, de forma especial, o Poder Legislativo, na adequada regulação da matéria, com a punição dos infratores pela prática da discriminação”, sustentou Bezerra.

Ao citar reportagem sobre o assunto, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, o

parlamentar destacou que a diferença salarial média entre homens e mulheres chega a 23% nas micros e pequenas empresas, saltando para 44,5% nas médias e grandes. Os dados integram o *Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas* de 2014.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretor de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Rodrigo Chia  
**Coordenação de Edição:** Sílvia Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Congresso deve votar Orçamento nesta noite

Senadores defendem acordo entre líderes para aprovação do texto, alegando que estados e municípios já sentem os efeitos da redução de repasses em função do atraso

O CONGRESSO NACIONAL faz sessão às 20h de hoje para votar o Orçamento da União de 2015 (PLN 13/2014). Na pauta, está também o projeto de resolução que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlasul.

Ontem senadores manifestaram a expectativa de que a peça orçamentária seja votada. O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), por exemplo, disse que estados e municípios já estão sentindo as consequências do atraso.

— Se ainda não há acordo, acredito que deverá ser construído até amanhã [hoje], porque a não votação do Orçamento já está repercutindo, inclusive na vida de estados e municípios, que dependem de repasses de recursos do governo federal para darem continuidade a determinadas obras. Nossa expectativa é que haja entendimento — disse.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o atraso na votação é responsabilidade do governo federal.

— Votar o Orçamento no final de março é uma demonstração de incompetência do governo. O governo desrespeita a legislação do país empurrando meses adiante a aprovação do Orçamento. É lastimável que isso ocorra, mas isso retrata bem um governo sem planejamento e que é absurdamente incompetente — opinou.

Waldemir Moka (PMDB-



Congresso Nacional reunido na semana passada: deputados e senadores mantiveram todos os vetos presidenciais da pauta em sessão com 12 horas de duração

MS) e Ana Amélia (PP-RS) também disseram esperar que o Orçamento de 2015 seja finalmente aprovado. A senadora lembra que os prefeitos já estão reclamando da falta de repasses imprescindíveis para programas nas áreas de saúde e educação, por exemplo.

Enquanto o Orçamento não é aprovado, a máquina pública está funcionando com execução provisória de despesas de apenas 1/18 do Orçamento por mês.

Na última quarta-feira, em sessão que durou mais de 12 horas, foram mantidos todos os vetos que constavam da agenda do Congresso. Cin-

co projetos de lei vetados integralmente e quatro parcialmente, totalizando 316 dispositivos, foram analisados pelos parlamentares.

Ao fim da sessão, o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, disse ser necessário um acordo para a votação do Orçamento 2015, pendente de votação desde o fim de 2014.

— Nós esperamos ter consenso na próxima terça-feira [hoje], como cobra a sociedade — disse Renan.

O relator-geral da proposta orçamentária de 2015, senador Romero Jucá (PMDB-RR), obteve um acordo para incluir

no texto as emendas apresentadas pelos deputados e senadores eleitos em outubro. As mudanças resultaram num remanejamento de R\$ 2,67 bilhões. Jucá garantiu que não haverá aumento de despesas nem prejuízo para programas sociais. As emendas individuais apresentadas no ano passado continuam válidas. Elas somam R\$ 9,7 bilhões.

Os recursos são de execução obrigatória, conforme a PEC do Orçamento Impositivo aprovada em fevereiro deste ano na Câmara e que será promulgada hoje, às 12h, pelo Congresso. A proposta obriga a execução das emendas

individuais ao Orçamento da União, até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) realizada no ano anterior, sendo que a metade dos recursos deve ser destinada à saúde.

O PRN 2/2015, também na pauta, estabelece os critérios para a escolha dos 27 deputados federais e 10 senadores que comporão a nova Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A distribuição das vagas será feita pela Mesa do Congresso, ouvidas as lideranças partidárias e de acordo com o critério da proporcionalidade partidária do resultado oficial das eleições de 2014.

## Fernando Bezerra Coelho rebate inclusão na lista de investigados na Lava-Jato

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) refutou em pronunciamento ontem a inclusão do nome dele na lista de agentes públicos suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras. Ele afirmou serem inverídicas as afirmações do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa de que o senador teria contato com o doleiro Alberto Youssef.

— Não temo as investigações, tenho uma biografia que fala por mim e a certeza de que jamais ultrapassei os limites determinados pela legislação brasileira e pela ética — disse.

Para Bezerra, as contradições nos depoimentos dos delatores Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef são evidentes. Conforme opinou, qualquer cidadão que leia e compare os depoimentos verá o quanto os fatos narrados, pessoas, empresas e datas são contraditórios entre si.

— São duas histórias diferentes. Nada há de concreto que pudesse ensejar um pedido de abertura de inquérito — opinou.

O senador também defendeu a memória do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, que morreu



Senador estranha ter entrado na relação "numa atualização tardia, sem sentido ou fato novo"

em acidente aéreo em 2014, quando concorria à Presidência da República.

— Atacar Eduardo, agora que ele já se foi, é tentar macular a imagem de um grande líder que o Brasil perdeu de maneira tão precoce.

Bezerra foi secretário de Desenvolvimento Econômico e presidente do Porto de Suape, em Pernambuco, durante o governo de Eduardo Campos. O senador disse que, nessa condição, manteve apenas contatos institucionais com Paulo Roberto Costa. A Refinaria Abreu e Lima está sendo construída pela Petrobras em Suape.

## Lobão lamenta cancelamento de construção de refinarias no Nordeste

Edison Lobão (PMDB-MA) lamentou a decisão da Petrobras de retirar de seus planos a construção das Refinarias Premium 1, no Maranhão, e Premium 2, no Ceará, afirmando que esses empreendimentos são necessários para o Brasil reduzir a dependência externa de derivados do petróleo, como a gasolina e o diesel.

Ele explicou que essas duas refinarias, com as do Comperj, no Rio de Janeiro, e Abreu e Lima, em Pernambuco, são essenciais para atender a necessidade do país de derivados de petróleo, que cresce a cada ano.

O senador lembrou que, de 2010 a 2014, a venda de gasolina subiu 49% e a de óleo diesel cresceu 22%, o que obrigou o país a importar, no ano passado, 490 mil barris de derivados por dia. Ele advertiu que o Comperj e Abreu e Lima, quando em funcionamento, não vão atender a demanda interna, que deve crescer ainda mais nos próximos anos.

— Se a Petrobras tem dificuldade de ampliar nosso parque de refino, cabe ao governo buscar um caminho alternativo para minimizar ou eliminar nossa dependência externa.



Ex-ministro de Minas e Energia, Edison Lobão diz que país é dependente externo de gasolina

Precisamos ampliar nossa capacidade de refino e não podemos perder mais tempo. Já estamos atrasados. A utilização do espaço disponibilizado pelo governo do Maranhão para a refinaria de Bacabeira pode reduzir esse atraso, que já é grande — alertou.

Ainda em favor da construção da Refinaria Premium 1 no Maranhão, Lobão explicou que a área para o empreendimento tem licença ambiental, a terraplanagem está quase concluída e a infraestrutura para o escoamento do petróleo e dos derivados encontra-se praticamente pronta.

# Debates buscam aperfeiçoar Lei da Biodiversidade

Projeto que simplifica regras para pesquisa com plantas e animais tramita no Senado em três comissões, que convidaram ministras e especialistas para discutir a proposta

lara Altafin

DUAS AUDIÊNCIAS ESTÃO marcadas hoje e amanhã no Senado para discutir o projeto que institui o Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015). O projeto simplifica regras para pesquisa com plantas e animais nativos e regulamenta a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial do patrimônio genético e

do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais.

Os debates são promovidos pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

As comissões devem analisar a proposta, que tramita em caráter de urgência e precisa

ser votado pelo Plenário até 10 de abril; do contrário, passará a trancar a pauta.

O projeto original do Poder Executivo sofreu mudanças na Câmara dos Deputados. Conforme Luiz Henrique (PMDB-SC), um dos que propuseram os debates, a matéria chegou ao Senado “recheada de polêmicas”, com críticas de entidades científicas, ambientalistas e de defesa dos

povos indígenas. As audiências ajudam os senadores a ouvir os diversos pontos de vista e, assim, aperfeiçoar o projeto, buscando superar os conflitos.

Duas ministras devem participar do debate de hoje, às 9h: Kátia Abreu (Agricultura) e Nilma Lino (Políticas de Promoção da Igualdade Racial). O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, representa-

rá a pasta. A mesa também terá convidados dos Ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Amanhã, às 8h, os convidados são os presidentes da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, João Martins da Silva Júnior; da Associação Brasileira da Indústria Química, Fernando Figueiredo; e do Grupo Farma Brasil, Reginaldo Braga Arcuri.

Também foram convidados os presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Nader; da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Gadelha; e da Funai, Flavio Chiarelli Azevedo, além dos diretores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Luiz Renato de França, e do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nilson Gabas.



Sidney Oliveira/Agência Pont

Nova Lei da Biodiversidade inclui regras sobre uso do conhecimento dos povos indígenas sobre o patrimônio genético, assegurando a repartição dos benefícios

**HOJE ÀS 9h e AMANHÃ ÀS 8h**  
 ▶ **Portal e-Cidadania:**  
[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)  
 ▶ **Tempo real:**  
<http://bit.ly/audienciainterativa>  
 ▶ **Facebook:** senadofederal  
 ▶ **Twitter:** @agencia\_senado  
 ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)  
 ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

## Emendas querem ampliar a participação sobre as vendas

A maioria das 116 emendas apresentadas ao PLC 2/2015 revela preocupação dos senadores com a proteção do conhecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais sobre a fauna e a flora nativas, em especial sobre a regra de repartição de benefícios pela exploração econômica pela indústria.

O projeto obriga o pagamento de 0,1% a 1% da receita líquida obtida com

a venda do produto acabado, aquele oferecido ao consumidor final. No entanto, limita a exigência ao produto que tenha componente do patrimônio ou do conhecimento como um dos principais elementos de agregação de valor. Emendas determinam a repartição de benefício sempre que o produto resultar do uso desse patrimônio ou conhecimento, mesmo que não es-

teja entre os principais elementos de agregação de valor.

O projeto também prevê isenção de repartição de benefícios quando o produto resultar de acesso ao patrimônio genético feito antes de 29 de junho de 2000, mesmo que ainda esteja sendo explorado economicamente. Foram apresentadas emendas para acabar com essa isenção.

Para ampliar as formas de reconhecimento dos saberes tradicionais associados, alguns senadores apresentaram emendas para prever o uso de registro audiovisual e de mecanismos de busca na internet. O projeto já determina como meios de reconhecimento publicações científicas, registros em cadastros ou bancos de dados e inventários culturais.

### Principais críticas à proposta

- **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO:** entidades ambientalistas consideram insuficientes os mecanismos de controle e fiscalização do acesso à biodiversidade brasileira. Criticam, por exemplo, a possibilidade de acesso ao patrimônio genético por empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais.
- **PARTICIPAÇÃO:** povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares se dizem excluídos do processo de elaboração da nova lei. Afirmam que o projeto é voltado a interesses dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio.
- **SEMENTES CRIOULAS:** o texto dispensa de consentimento prévio as pesquisas agrícolas que envolvam acesso a patrimônio genético e conhecimento tradicional, isentando ainda repartição de benefícios sobre seu produto final. Esse é o caso de sementes crioulas, mantidas por pequenos agricultores e comunidades tradicionais, que deixarão de receber compensação.
- **REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS:** povos indígenas e tradicionais também se sentem prejudicados pela restrição de partilha de benefícios apenas a produtos nos quais o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for considerado elemento principal de agregação de valor.
- **ISENÇÕES E PERDÃO DE MULTAS:** também tem sido criticada a dispensa de repartição de benefícios gerados pelo acesso ao patrimônio genético realizado antes de junho de 2000; a suspensão de sanções administrativas; e a redução de até 90% das multas por uso não autorizado de patrimônio genético e conhecimento associado.
- **TETO OU PISO:** entidades que representam povos e comunidades tradicionais criticam o fato de o projeto prever teto e não piso, a título de compensação financeira, de até 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto que se utiliza de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

## Sem parceiro nacional, empresa no exterior não poderá ter acesso a patrimônio genético

Os senadores também querem acabar com a possibilidade, prevista no texto em exame, de autorização, por ato administrativo, de acesso e remessa de patrimônio genético a empresa sediada no exterior, mesmo que não associada a instituição nacional, pública ou privada. Tal autorização só seria concedida em caso de associação com empresas ou entidades de pesquisa nacionais.

O PLC 2/2015 será relatado por Jorge Viana (PT-AC), na CMA; por Telmário Mota, na CCT; e por Acir Gurgacz (PDT-RO), na CRA. O projeto também tramitará nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), onde será relatado por Douglas Cintra (PTB-PE), e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde ainda aguarda designação de relator.

### Saiba mais

**Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015):**  
<http://bit.ly/marcoBiodiversidade>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)